

Presidente poderá abrir as atividades do Congresso

Comparecimento do chefe do Executivo à abertura da sessão legislativa é previsto em proposta de emenda constitucional do senador Eduardo Suplicy – o primeiro item da pauta do próximo dia 19

Página 3

Paulo Cercari/Folha Imagem



ADEUS Morto na véspera de completar 81 anos, o escritor deixou seu epitáfio: "Aqui jaz Fernando Sabino, nasceu homem, morreu menino"

Profundo pesar pela morte de Fernando Sabino, o escritor

O Senado aprovou requerimento de voto de pesar pela morte do escritor e jornalista Fernando Sabino. Autor de obras que marcaram a literatura brasileira, como *O Encontro Marcado*, *O Grande Mentecapto* e *O Menino no Espelho*, Fernando Sabino faleceu na segunda-feira. Apresentado pelo senador Marco Maciel, o voto de profundo pesar será enviado à família e ao governador de Minas Gerais (Aécio Neves), onde o escritor nasceu. Maciel lembrou que, além de romancista, Fernando Sabino foi também excelente cronista e novelista.

Página 2



As centrais de atendimento ao consumidor, de recebimento de reclamações, de suporte técnico e de telemarketing receptivo, entre outras, geram cerca de 500 mil empregos no Brasil, grande parte deles ocupados por jovens em sua primeira experiência de trabalho.

Projeto de Tourinho disciplina telemarketing

Ligações em horário inconveniente com oferta de produtos ou solicitação de donativos podem sofrer restrições se for aprovado projeto de lei do senador Rodolpho Tourinho. O objetivo da proposta é regulamentar o telemarketing e garantir a privacidade dos usuários de telefone.

Página 3

Proposta de Cristovam coíbe trabalho infantil

Página 3



MEDIDA Projeto de Valadares prevê fonte alternativa em cidades com mais de 30 mil habitantes

Valadares quer ampliar uso de energia solar

Já está pronto para ser votado na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que obriga os edifícios de uso coletivo das cidades com mais de 30 mil habitantes a terem equipamentos para utilização de energia solar como fonte de aquecimento de água.

A idéia é levar a população a reduzir o uso de chuveiros elétricos, responsáveis por 33% do gasto com energia elétrica nas residências do país, conforme dados apresentados pelo senador. O problema dos chuveiros, além do elevado gasto de energia elétrica, é o seu horário de uso – geralmente no chamado horário de pico, quando as hidrelétricas passam a operar no limite.

– Não há dúvida de que deve constituir prioridade nacional a substituição desse modelo perigoso de consumo de energia elétrica”, afirma Valadares, para quem a economia em energia elétrica propiciada pelo aquecimento solar da água paga “em pouco tempo” a instalação dos equipamentos exigidos na mudança do sistema hidráulico dos edifícios de uso coletivo.

■ Manifestação será enviada à família do romancista e ao governador de Minas Gerais

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Marco Maciel (PFL-PE) solicitando voto de profundo pesar pela morte do escritor Fernando Sabino. A manifestação de condolência será enviada à família e ao governador de Minas Gerais (onde Sabino nasceu), Aécio Neves (PSDB). Na presidência da sessão, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) determinou que também fossem inseridos



RECONHECIMENTO Marco Maciel destaca o talento e o estilo do autor do romance *O Encontro Marcado*

em ata dados sobre a vida do homenageado.

Maciel afirmou que não chegou a conhecer o escritor, mas foi, como muitos brasileiros, admirador de suas obras. Des-

tacou que Sabino, embora de temperamento retraído, se comunicava muito bem, “com seu estilo leve, quase machadiano”. Lembrou que o homenageado vendeu cerca de 3 milhões de livros, “o que comprova seu talento como escritor”.

Sobre a obra mais conhecida do romancista, *O Encontro Marcado*, Maciel leu texto do escritor Ignácio de Loyola Brandão em que este salienta que “não seria cronista se não tivesse lido Sabino”. Maciel citou comentário do secretário de Cultura de Minas Gerais, Nascimento Silva, para quem a grande marca da obra, publicada em 1956, foi ser um dos primeiros romances urbanos.

O senador mencionou também *O Grande Mentecapto*, livro vencedor do Prêmio Jabuti de Literatura, e destacou que, pelo conjunto de sua obra, Sabino ganhou o maior prêmio conferido pela Academia Brasileira de Letras, o Machado de Assis.

Maciel mencionou uma característica pouco destacada do autor – seu forte catolicismo. Além de comungar assiduamente, segundo o parlamentar, Sabino era bastante caridoso, tendo destinado a instituições de assistência a quantia recebida com o Prêmio Machado de Assis e também seus instrumentos musicais – um de seus hobbies era tocar bateria.

Agenda

Plenário

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, ou seja, sem a votação de projetos, e

destinada a comunicados da Mesa e pronunciamentos dos parlamentares. Os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-

TO) e Paulo Paim (PT-RS) são os primeiros inscritos para falar. As votações serão retomadas na próxima terça-feira.

Prodasen discute software livre

O Prodasen – órgão responsável pelo sistema de informática do Senado Federal – promove hoje, às 15h, no auditório do Interlegis, palestra de Emerson Lopes sobre o tema “Solução de Portal Baseada

em Software Livre – O Case Oaci (Organização da Aviação Civil Internacional)”. A palestra, gratuita, é parte do evento *Tardes Tecnológicas*. Informações pelo telefone (61) 311-3684.



TV debate a Lei Rouanet

A TV Senado exhibe às 13h debate entre o ator Guilherme Reis e o secretário do Ministério da Cultura Sérgio Xavier sobre a Lei Rouanet. Às 19h30, Jean Pierre Medaets e o gerente Executivo do Pró-Orgânico, Rogério Dias, discutem a agricultura orgânica.

A Voz do Cidadão

Pelo telefone 0800-61-2211, o cidadão de qualquer lugar do Brasil pode entrar em contato com o Senado para tirar dúvidas, fazer sugestões ou reclamações. É o serviço A Voz do Cidadão, que funciona 24 horas, sem nenhum custo para o usuário.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



REPERCUSSÃO Eduardo Azeredo destaca interesse de vários países pelo sistema adotado no Brasil

Eduardo Azeredo elogia votação eletrônica no país

“A cada eleição, o sistema eletrônico de votação no país se afirma como um modelo a ser imitado fora de nossas fronteiras, o que explica a presença de comissões de estudiosos de vários países acompanhando seu funcionamento”, afirmou ontem o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Azeredo disse que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Sepúlveda Pertence, tem razão em comemorar o índice residual de problemas técnicos nas urnas eletrônicas, pois, assinalou, é notável o funcionamento da máquina de votar brasileira.

Na opinião do senador, os resultados do primeiro turno, divulgados em tempo recorde, “não deixam dúvidas quanto à independência do eleitorado que os produziu e quanto ao fato de que, a cada nova eleição, a votação eletrônica se afirma como modelo”.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



PROTEÇÃO Segundo Tourinho, algumas empresas desrespeitam a privacidade dos cidadãos

Projeto de Tourinho disciplina telemarketing

Aguarda emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que propõe regras para disciplinar a atividade de *telemarketing*, de modo a garantir a privacidade dos usuários de serviços telefônicos.

A despeito do expressivo crescimento nos últimos anos dos serviços de *telemarketing*, com resultados positivos para a economia e o nível de emprego, o chamado *telemarketing* ativo tem-se caracterizado muitas vezes pelo desrespeito à privacidade dos cidadãos.

“Ligações não solicitadas, insistentes, em horários inconvenientes, destinadas a oferecer bens ou serviços ou ainda a solicitar donativos de qualquer natureza causam prejuízos significativos ao descanso, à tranquilidade e mesmo à produtividade dos usuários chamados”, observa Tourinho na justificativa de seu projeto.

Destacam-se na proposta (PLS 289/04) os procedimentos a serem adotados em cada chamada: identificação da empresa e do motivo da chamada logo no início da ligação; esclarecimento adicional dando conta da natureza da chamada, no caso de mensagem pré-gravada; liberação imediata da linha em caso de encerramento da ligação; proibição de novas ligações, num prazo de quatro anos, a usuário que já tenha declarado não desejar receber chamadas feitas pela empresa.

A fim de garantir que usuários auto-excluídos não voltem a receber chamadas, o projeto estabelece que as entidades que utilizarem o *telemarketing* deverão manter lista desses assinantes e se abster de chamá-los.

Presidente poderá abrir trabalhos do Congresso

■ Proposta obriga chefe do Executivo a comparecer à abertura da sessão legislativa no Congresso Nacional

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer alterar a Constituição para tornar obrigatório o comparecimento do presidente da República na abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional. Por esse motivo, apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) que é o primeiro item da pauta da sessão deliberativa marcada para as 14h30 da próxima terça-feira, quando os senadores retomam as votações em Plenário. Na ordem do dia constam 21 matérias, sendo que as sete primeiras são PECs ainda em fase de discussão.

Da forma como ocorre atualmente, a cada 15 de fevereiro, o presidente encaminha, por meio do ministro-chefe da Casa Civil, uma mensagem em que expõe o plano de governo, metas e a situação do país aos congressistas. Suplicy sugere que o próprio presidente explique suas intenções e ouça as opiniões dos líderes partidários das duas Casas Legislativas, facultando-se ao chefe da Nação o direito de resposta. A PEC vai



MUDANÇA Projeto de Eduardo Suplicy é o primeiro item da pauta de terça-feira, que consta de 21 matérias

cumprir sua quarta sessão de discussão em primeiro turno, e deve estar pronta para votação na quarta-feira (20).

Outra emenda (PEC 22/00), do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que é o segundo item da pauta, torna obrigatória a execução da programação orçamentária anual aprovada pelo Congresso Nacional. É o chamado orçamento impositivo. A matéria já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para a mulher

Além das PECs, os parlamentares têm oito projetos da Câmara para apreciar, três dos quais com sugestões que vão beneficiar a mulher. Um deles

(PLC 102/02), que já conta com substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), estabelece que tanto os documentos oficiais quanto a legislação devem utilizar a chamada “linguagem inclusiva” em seus textos, de maneira que não constem termos discriminatórios ou excludentes do gênero feminino. Os outros dois projetos (PLC 99/00 e PLC 6/01) definem a obrigatoriedade de as etiquetas e embalagens de peças íntimas orientarem para a importância dos exames de prevenção aos cânceres de próstata, mama e útero.

Dois propostas que também integram a ordem do dia de terça-feira tratam de relações internacionais. O projeto (PLS 107/00) de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) concede isenção de taxa de emissão de passaportes e de todos os outros documentos de viagens para as pessoas com mais de 65 anos. O parecer favorável é de Efraim Moraes (PFL-PB). O outro é um projeto de decreto legislativo (604/04) que aprova acordo firmado entre o Brasil e Portugal para definir regras sobre o trabalho remunerado de dependentes dos diplomatas em território estrangeiro.

Alvaro critica convênios sobre reforma agrária

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) quer suspender os convênios do governo federal assinados com entidades ligadas à reforma agrária que não prestam contas e nem declaram à Receita Federal as verbas recebidas de doadores. Em entrevista à Rádio Senado, o senador, presidente da CPI Mista da Questão Fundiária, acusou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab) de receber dinheiro e não prestar contas, de acordo com um relatório parcial distribuído aos 24 membros da comissão de inquérito.

Segundo o senador, a Concrab recebeu, nos últimos seis anos, cerca de US\$ 772 mil (o equivalente a mais de R\$ 2 milhões) em doações de entidades

estrangeiras, sem fazer declaração à Receita Federal e sem qualquer prestação de contas ao governo brasileiro.

— Não é possível que se queira manter na clandestinidade a aplicação de recursos públicos, principalmente em se tratando de entidades que se valem de recursos públicos e que não prestam contas à sociedade, não apresentam informações nem mesmo à Receita Federal — disse Alvaro Dias à Rádio Senado.

A Concrab tem assinados cinco convênios com o governo federal no setor técnico-agrícola e para alfabetização em assentamentos de trabalhadores rurais. O relator da CPI, deputado João Alfredo (PT-CE), acusou o senador de usurpar suas fun-



TRANSPARÊNCIA Alvaro quer a suspensão de contratos com entidades que não prestam contas

ções, divulgando informações, que deveriam permanecer sigilosas, “com o propósito de atacar o governo Lula”. Alvaro Dias respondeu que as informações são de interesse da sociedade, são públicas, e não podem permanecer guardadas. A CPI mista funciona há nove meses e foi criada para traçar um perfil da situação fundiária do país.



EXIGÊNCIAS Trabalho escravo ou infantil pode decidir desapropriação, defende Cristovam

Cristovam quer alterar conceito de propriedade rural produtiva

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) apresentou projeto de lei (PLS 46/04) que muda a regulamentação dos dispositivos constitucionais da reforma agrária e acrescenta novas exigências para que uma propriedade rural seja considerada produtiva. Pela proposta, não será qualificada nessa categoria a terra que, mesmo utilizada pelo dono, tenha trabalho escravo, trabalho infantil, que viole a legislação ambiental ou que cultive drogas, como maconha.

O projeto já tem relator nomeado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Pela Constituição, a União pode desapropriar imóveis rurais que não cumpram sua “função social”, pagando “justa indenização” em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em até 20 anos, a partir do segundo ano da emissão. As benfeitorias, como obras, edificações e outras melhorias, devem ser pagas em dinheiro.

A Constituição define como “função social” oito requisitos: aproveitamento racional e adequado; preservação do meio ambiente; preços compatíveis com custos de produção e garantia de comercialização; incentivo à pesquisa e tecnologia; respeito às relações de trabalho; eletrificação rural e irrigação; habitação para o trabalhador rural; e planejamento da política agrícola. O capítulo constitucional da reforma agrária foi regulamentado em fevereiro de 1993 pela Lei 8.629, que o senador Cristovam Buarque agora propõe alterar, incluindo novas exigências para que uma propriedade seja considerada produtiva e cumpridora de sua função social.



GARANTIAS Projeto de Jefferson Péres acrescenta dispositivo ao Estatuto do Estrangeiro

Jefferson quer garantir defesa aos estrangeiros em risco de expulsão

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa aos estrangeiros ameaçados de expulsão do país. A proposta (PLS 144/04) acrescenta dispositivo à Lei 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e será relatada, na CCJ, pelo senador Marcelo

Crivella (PL-RJ).

O projeto estabelece que, na hipótese de expulsão, o visto de permanência no país não poderá ser cancelado pelo Ministério da Justiça antes da edição de decreto pelo presidente da República. Determina ainda que a expulsão de estrangeiro deve resultar de processo administrativo em que seja garantido o direito ao

contraditório e à ampla defesa do acusado.

Jefferson Péres observa que para o Supremo Tribunal Federal (STF) a expulsão de estrangeiro é ato de competência privativa do presidente da República, cabendo ao Poder Judiciário apenas apreciar e julgar se há ou não irregularidades na edição desse ato.

Na justificativa do projeto,

o senador admite que a ameaça de expulsão do jornalista norte-americano Larry Rother, que fez críticas à conduta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reportagem do jornal *The New York Times*, motivou a proposta de alteração do Estatuto do Estrangeiro. O parlamentar detectou equívocos no enquadramento do caso na legislação em vigor.

Jucá busca recursos para recuperação da BR-174

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) apelou ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pela liberação de recursos para que possa ser iniciada uma operação tapa-buracos na BR-174, que liga o Amazonas à fronteira com a Venezuela, cortando todo o estado de Roraima. Ele informou que relatório elaborado pelo 5º Distrito Regional da Polícia Rodoviária Federal constatou as péssimas condições de trafegabilidade da estrada.

Segundo o senador, alguns trechos da rodovia precisarão ser reconstruídos. E explicou que a BR-174 é a espinha dorsal de Roraima e, portanto, fundamental para o escoamento da produção e para o deslocamento da população do estado para qualquer lugar do país. O senador acrescentou que, com o fim da temporada das chuvas, o início da recuperação da estrada não pode mais ser adiado.

– O relatório da Polícia Rodoviária Federal atesta a necessidade da recuperação da BR-174, que hoje está penalizando o povo de Roraima. É preciso que o ministro Alfredo Nascimento libere recursos para as obras – afirmou Jucá.



BURACOS Condições precárias da rodovia prejudicam escoamento da produção de Roraima, afirma Jucá

Mozarildo pede reforço do efetivo militar na Amazônia

■ Senador defende uma melhor proteção das faixas de fronteira e das riquezas naturais da região

Uma das maiores demandas das Forças Armadas está no aumento de seu efetivo na região amazônica, disse ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) ao apresentar em Plenário parecer técnico sobre o tema, solicitado por ele à Consultoria do Senado. O senador pediu a transcrição do documento nos Anais da Casa. Para Mozarildo, é necessária maior presença das Forças Armadas na Amazônia devido à grande vulnerabilidade da área e às riquezas naturais.



PATRIMÔNIO Mozarildo: recursos hídricos e florestais conferem importância estratégica à Amazônia

Mozarildo informou que a Amazônia brasileira representa cerca de 60% do território nacional e aproximadamente 70% da chamada Amazônia continental, que inclui áreas pertencentes à Bolívia, Colômbia,

Equador, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana. A Amazônia mantém fronteira com todos esses países, exceto o Equador, ao longo de 12 mil quilômetros. A extensão territorial da região, de acordo com o senador, lhe confere um *status* de quase continente, a que se soma a importância estratégica de deter a principal fonte de água e 1/3 das florestas tropicais úmidas do planeta.

Além desses argumentos, Mozarildo citou a necessidade de melhorar as condições de proteção da extensa faixa de fronteira com a Colômbia – em permanente conflito armado –, de reduzir as ameaças externas à soberania brasileira, além de defender um controle mais eficaz da entrada de armas e drogas.

Paim elogia Itamaraty por gestões em seqüestro

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou satisfação com o bom andamento da situação da brasileira Genilma Boehler, que teve seus dois filhos menores seqüestrados pelo próprio pai e levados para o Paraguai. O senador afirmou ter recebido informações do chanceler Celso Amorim de que as crianças estarão em breve de volta ao Brasil.

Paim lembrou que o Itamaraty tomou providências imediatas em benefício da mãe e que as gestões do governo brasileiro junto a dois ministros paraguaios chegaram ao próprio presidente da República, Nicanor Duarte. O senador informou que já há decisão

judicial de uma juíza paraguaia em favor de Genilma Boehler e que a repatriação das crianças ao Brasil depende apenas de trâmites burocráticos.

Os meninos Guillermo (10 anos) e Arturo (6 anos) foram levados pelo pai, o paraguaio Eri Daniel Rojas Villalba, de São Bernardo do Campo (SP) para o país vizinho, sem o consentimento da mãe, no dia 4 de fevereiro. Genilma Boehler fez gestões junto à Justiça paraguaia e obteve decisão judicial favorável, mas as autoridades policiais locais não se mostravam dispostas a cumpri-la.

Paim relatou que, na semana passada, integrantes da sociedade civil e do Conselho Na-



REPATRIÇÃO Crianças levadas pelo pai ao Paraguai estarão em breve de volta ao Brasil, acredita Paulo Paim

cional dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntamente com mais de 50 entidades, divulgaram moção de apoio e solidariedade à luta de Genilma Boehler.

– Com a intervenção do Itamaraty e a determinação do presidente Nicanor Duarte, o caso deve ser resolvido em poucos dias – disse Paim.



BENEFÍCIO Proposta de autoria de Romeu Tuma aguarda votação na Comissão de Justiça do Senado

Projeto garante inamovibilidade aos delegados de polícia

Proposta de emenda à Constituição (PEC 18/04) que estende a garantia da inamovibilidade para delegados de polícia, de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP), aguarda deliberação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria obteve parecer favorável do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e está pronta para ser incluída na pauta de votações da comissão.

O princípio da inamovibilidade é prerrogativa de magistrados e de algumas categorias de servidores públicos, que têm o direito de não ser removidos dos cargos, salvo a seu pedido, ou por motivo de interesse público, mediante formalidades rigorosas.

Tuma afirma que a prerrogativa constitucional da inamovibilidade beneficia juízes, membros do Ministério Público, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), auditores da União e conselheiros dos tribunais de contas dos estados e municípios. “Se assim se deu com essa gama de categorias funcionais, por que não dizer o mesmo quanto aos delegados de polícia?”, questiona Romeu Tuma.